



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681133 - SP (2021/0224833-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DIEGO REZENDE POLACHINI - SP309628  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE RENATO SAMPAIO SENA FILHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE RENATO SAMPAIO SENA FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Cautelar Inominada Criminal n. 2110749-21.2021.8.26.0000).

O relator da cautelar inominada decretou a prisão preventiva do paciente, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta as seguintes ilegalidades na decretação da prisão preventiva: 1) ausência de participação defensiva na Medida Cautelar Inominada; 2) ilegalidade de se decretar prisão preventiva em medida cautelar; e 3) ausência de qualquer fundamentação para a decretação da prisão preventiva.

Requer seja "concedida liminarmente a ordem, expedindo-se contramandado de prisão e suspendendo-se a tramitação da medida cautelar inominada e do recurso em sentido estrito. No mérito, deve-se revogar a prisão preventiva do paciente, extinguindo-se a medida cautelar inominada e o recurso em sentido estrito que tramitam perante o E. Tribunal de Justiça de São Paulo" (fl. 8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente